

## AÇÃO PENAL 2.176 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**REVISOR** : MIN. NUNES MARQUES  
**AUTOR(A/S)(ES)** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
**RÉU(É)(S)** : EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA  
**ADV.(A/S)** : NELSON MORAES PEREIRA JUNIOR E OUTRO(A/S)

### VOTO

#### **O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):**

Trata-se de denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República imputando à investigada **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA**, brasileira, nascida em 13/08/1976, filha de Dileuza Maria da Rocha, CPF nº 976.955.643-20, residente na Quadra 134, Casa nº 12, Conjunto Dirceu Arcovede I, Teresina/PI, a prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) e 288, *caput* (associação criminosa), observadas as regras do art. 69, *caput* (concurso material), todos do Código Penal.

**EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** foi notificada em sua residência, Bairro Dirceu I, Q-122, C-7, Teresina-PI, no dia 11/4/2023 (eDoc. 11), para apresentar resposta prévia à denúncia, oportunidade na qual deixou de apresentar a peça processual cabível.

A denúncia foi recebida pelo Plenário desta SUPREMA CORTE em acórdão publicado em 4/7/2023 (eDoc. 14).

Em 22/8/2023, a ação penal foi a mim distribuída e, diante da recusa da denunciada em firmar o Acordo de Não Persecução Penal (eDoc. 20), determinei a citação da ré (eDoc. 22).

A ré foi citada em 9/3/2024 (eDoc. 33) e apresentou defesa prévia em 15/3/2024, oportunidade na qual arrolou 8 (oito) testemunhas (eDoc. 28).

Ausentes as hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, designei audiência de instrução que foi realizada pelo Juiz Auxiliar deste Gabinete, Rafael Henrique Janela Tamai Rocha, na data de 28/5/2024, oportunidade em que foram ouvidas as testemunhas Carlos Eduardo Melo de Souza, Hermison Bernardes Rangel, José Roberto Soares da Silva e Ronaldo Pires da Rocha (eDocs. 61-64).

## AP 2176 / DF

Designada audiência em continuação de instrução para 28/5/2024, oportunidade em que foi realizado o interrogatório da ré (eDoc. 67). Os termos de audiência, bem como a gravação dos respectivos atos, foram disponibilizados nos autos pela Secretaria Judiciária (eDocs. 67 e 68).

O termo da audiência foi disponibilizado nos autos pela Secretaria Judiciária (eDoc. 88).

Intimadas as partes, em audiência, para requerimento de diligências (art. 402 do Código de Processo Penal e art. 10 da Lei 8.038/90), não foram apresentados quaisquer requerimentos pela Procuradoria-Geral da República ou pela Defesa.

Em despacho de 16/05/2024, determinei a abertura de vista para a apresentação, sucessivamente, das alegações finais, nos termos do art. 11 da Lei 8.038/90 (eDoc. 75). Na mesma oportunidade, determinei à Secretaria Judiciária que oficiasse aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais Eleitorais da residência da acusada, bem como ao TJDF e TRF1, para que enviassem as certidões de antecedentes criminais da acusada, observando que, na hipótese de ser positiva, deveria vir acompanhada da certidão de objeto e pé, com efetivo detalhamento do trâmite do processo mencionado (eDoc. 75).

Em resposta foram encaminhadas as seguintes certidões: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (eDoc. 81), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (eDoc. 86) e Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (eDoc. 82 e 85), todas negativas.

Em 28/6/2024, a Procuradoria-Geral da República apresentou os seguintes argumentos em alegações finais (eDoc. 88):

1) os atos praticados pela ré resultaram em dano concreto à segurança nacional e ao regime representativo e democrático;

2) a participação da acusada, de forma estável e permanente, no acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército, incitando publicamente a prática de atos que buscavam a abolição do Estado Democrático de Direito e a destituição do governo legitimamente eleito, permitem o enquadramento de sua conduta nos termos do art. 268, parágrafo único, do Código Penal;

## AP 2176 / DF

3) Na manhã do dia 9.1.2023, ainda à espera de um golpe de Estado, a ré permaneceu acampada junto a outros manifestantes e foi presa em flagrante, em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, em cumprimento à decisão proferida pelo eminente Ministro relator em 8.1.2023 no bojo do Inquérito n. 4.879/DF.

Em 17/6/2024, a Defesa de **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** apresentou alegações finais, formulando, ao final, os seguintes requerimentos (eDoc. 96):

a) O reconhecimento da Nulidade por violação aos Direitos Humanos da ré, nos termos dos artigos 5, 9 a 11, da Declaração Universal de Direitos Humanos; art. 5, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com o consequente arquivamento da presente Ação Penal;

b) O reconhecimento da Nulidade por violação ao Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV, da CF/88, bem como a Súmula Vinculante 14, com o consequente arquivamento da presente Ação Penal;

c) O reconhecimento das Nulidades por omissão de formalidade, e o consequente arquivamento da Ação Penal, nos termos do art. 564, IV, CPP;

d) O reconhecimento das Nulidades por falta das fórmulas ou dos termos, e o consequente arquivamento da Ação Penal, nos termos do art. 564, III, b, CPP;

e) O reconhecimento da Nulidade por incompetência do Juízo, a consequente anulação dos atos praticados por esta Corte deste a autuação do Inquérito 4922, e o declínio da Competência para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do art. 564, I, CPP;

f) O reconhecimento da Nulidade pro Suspeição do Relator, a consequente anulação dos atos praticados pro este desde o dia 08 de janeiro, e a substituição do mesmo para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 564, I, CPP;

g) O reconhecimento da Nulidade por Suspeição dos

AP 2176 / DF

demais ministros, nos termos do art. 564, I, CPP;

h) O reconhecimento da Nulidade do Acórdão que recebeu a Denúncia por carência de fundamentação, com a consequente anulação dos atos praticados por derivação, e que se proceda a novo julgamento, nos termos do art. 564, V, CPP;

i) A Absolvição da ré da acusação da prática do crime de incitação ao crime equiparada pela animosidade das forças armadas contra os poderes constitucionais pois os fatos narrados na denúncia, supostamente praticados pela ré, evidentemente não constituem crime, nos termos do art. 397, III, CP;

j) A Absolvição da ré da acusação da prática do crime de associação criminosa pois os fatos narrados na denúncia, supostamente praticados pela ré, evidentemente não constituem crime, nos termos do art. 397, III, CPP.

## **1. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

A competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para o julgamento da presente ação penal já foi devidamente decidida pelo PLENÁRIO por ocasião do recebimento da denúncia (Sessão Virtual Extraordinária de 2/6/2023 a 9/6/2023), conforme se verifica no item 1 da EMENTA:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

**1. Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de**

**evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro.**

2. O Acordo de não persecução penal (ANPP) é um importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro, não constituindo direito subjetivo do acusado. Legalidade em seu não oferecimento pela Procuradoria-Geral da República, em razão do exercício legítimo de sua discricionariedade mitigada. Precedentes.

3. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações violentas visando ao rompimento do Estado de Direito, com a consequente instalação do arbítrio.

4. Denúncia apta oferecida pelo Ministério Público Federal com exposição clara e compreensível de todos os requisitos necessários exigidos.

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação da acusada, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo à acusada a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes. 7. DENÚNCIA INTEGRALMENTE RECEBIDA em face de EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA, pela prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime), e 288, caput (associação criminosa), c/c. art. 69, caput (concurso material),

AP 2176 / DF

todos do Código Penal.

**No âmbito do Inq 4.922, instaurado objetivando a apuração das condutas omissivas e comissivas dos denominados EXECUTORES MATERIAIS, foram oferecidas 232 (duzentas e trinta e duas) denúncias, tendo todas sido recebidas por essa CORTE SUPREMA, com o reconhecimento de sua competência, além do recebimento de outras 1113 (mil, cento e treze) denúncias oferecidas e recebidas pelo PLENÁRIO pelos crimes previstos nos artigos 286, parágrafo único, 288, *caput*, nos termos do artigo 69, todos do Código Penal, a exemplo do presente feito.**

**Dessa maneira, a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para as ações penais referentes aos gravíssimos crimes praticados no dia 8 de janeiro foi analisada e reconhecida pelo Plenário da CORTE em 1.345 (mil, trezentos e quarenta e cinco) decisões.**

Portanto, não prospera o argumento já rechaçado, de que esta CORTE SUPREMA seria incompetente para apurar, processar e julgar os fatos aqui narrados, pois a responsabilização legal de todos os autores e partícipes dos inúmeros crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito, que culminaram com as condutas golpistas do dia 08/01/2023, deve ser realizada com absoluto respeito aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, inclusive sem qualquer distinção entre servidores públicos civis ou militares.

As garantias fundamentais aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, diferentemente do que ocorria nos textos constitucionais anteriores, foram incorporadas ao texto da Constituição brasileira de 1988.

A garantia do Devido Processo Legal configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e propriedade quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutório e plenitude de defesa, visando salvaguardar a liberdade individual e impedir o arbítrio do Estado.

A imparcialidade do Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal encontram no Devido Processo Legal e no princípio do Juiz Natural, proclamadas nos incisos LV, XXXVII e LIII do art. 5º da

## AP 2176 / DF

Constituição Federal, suas garantias indispensáveis.

Como consagrado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

“O princípio da naturalidade do Juízo – que traduz significativa conquista do processo penal liberal, essencialmente fundado em bases democráticas – atua como fator de limitação dos poderes persecutórios do Estado e representa importante garantia de imparcialidade dos juízes e tribunais” (STF – 1a T. – HC no 69.601/SP – Rel. Min. CELSO DE MELLO, Diário da Justiça, Seção I, 18 dez. 1992, p. 24.377).

O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal, devendo a observância desse princípio ser interpretada em sua plenitude, de forma a não só proibir a criação de Tribunais ou juízos de exceção, como também exigir respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

Nesse mesmo sentido, decidiu o TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO:

“O mandamento ‘ninguém será privado de seu juiz natural’, bem como ocorre com a garantia da independência dos órgãos judiciários, deve impedir intervenções de órgãos incompetentes na administração da Justiça e protege a confiança dos postulantes e da sociedade na imparcialidade e objetividade dos tribunais: a proibição dos tribunais de exceção, historicamente vinculada a isso, tem a função de atuar contra o desrespeito sutil a esse mandamento. Como esses dispositivos em sua essência concretizam o princípio do Estado de Direito no âmbito da constituição (organização) judiciária, elas já foram introduzidas na maioria das Constituições estaduais alemãs do século XIX, dando-lhes, assim, a dignidade de norma constitucional. O art. 105 da Constituição de Weimar deu prosseguimento a esse legado. À medida que os princípios do Estado de Direito e Separação de Poderes se foram aprimorando, também as prescrições relativas ao juiz natural foram sendo aperfeiçoadas. A lei de

## AP 2176 / DF

organização judiciária, os códigos de processo e os planos de distribuição das causas (definidos nas Geschäftsordnungen – regimentos internos) dos tribunais determinavam sua competência territorial e material, (o sistema de) a distribuição das causas, bem como a composição dos departamentos individualizados, câmaras e senados. Se originalmente a determinação ‘ninguém será privado de seu juiz natural’ era dirigida sobretudo para fora, principalmente contra qualquer tipo de ‘justiça de exceção’ (Kabinettsjustiz), hoje seu alcance de proteção estendeu-se também à garantia de que ninguém poderá ser privado do juiz legalmente previsto para sua causa por medidas tomadas dentro da organização judiciária” (Decisão – Urteil – do Primeiro Senado de 20 de março de 1956 – 1 BvR 479/55 – Cinquenta anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão. Coletânea Original: Jürgem Schawabe. Organização e introdução. Leonardo Martins. Konrad Adenauer – Stiftung – Programa Estado de Derecho para Sudamérica, p. 900/901).

Em total e absoluta observância aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, o PLENÁRIO DA CORTE confirmou a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para a presidência dos inquéritos que investigam os crimes previstos nos artigos 2º, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei 13.260/16, e no artigo 147 (ameaça), no artigo 147-A, § 1º, III, (perseguição), no artigo 163 (dano), no artigo 286 (incitação ao crime), no artigo 250, §1º, inciso I, alínea “b” (incêndio majorado), no artigo 288, *caput*, e seu parágrafo único (associação criminosa e associação criminosa armada), no artigo 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), no artigo 359-M (golpe de Estado), todos do Código Penal (Inq. 4.879 Ref e Inq. 4.879 Ref-segundo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Pleno, DJe 10/04/2023).

Esta denúncia decorre de investigações conduzidas nesta SUPREMA CORTE, por meio dos Inqs. 4.917/DF, 4.918/DF, 4.919/DF, 4.920/DF, 4.921/DF, 4.922/DF, 4.923/DF e Pets dela derivadas, em razão dos atos que resultaram na invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 8/1/2023, caracterizando em tese os



## AP 2176 / DF

crimes de associação criminosa, incitação ao crime, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, e dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima.

A extensão e consequências das condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do Código Penal) e das demais condutas imputadas ao denunciado são objetos de diversos procedimentos em trâmite neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL direcionados a descobrir a autoria dos financiadores e dos incitadores, inclusive autoridades públicas, entre eles aqueles detentores de prerrogativa de foro.

O Inq. 4.921 foi instaurado objetivando a apuração das condutas dos denominados PARTÍCIPIES POR INSTIGAÇÃO, pela prática dos crimes de incitação ao crime (artigo 286, parágrafo único, do Código Penal) e associação criminosa (artigo 288 do Código Penal), no contexto dos atos praticados em 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, especificamente nas sedes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, do CONGRESSO NACIONAL e do PALÁCIO DO PLANALTO, bem como junto ao acampamento montado em frente ao QUARTEL GENERAL do Exército, em Brasília.

Nota-se, pois, que as investigações, analisadas as condutas em conjunto, têm por objeto, DENTRE OUTRAS, a prática do delito de associação criminosa, cujo objetivo principal é a prática de crimes, tais como abolição do Estado democrático de Direito (art. 359-L), e também golpe de Estado (art. 359-M), com deposição do governo eleito de forma legítima nas Eleições Gerais de 2022.

A pedido da Procuradoria-Geral da República, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL determinou a instauração de quatro Inquéritos: Inq. 4920, relativo aos FINANCIADORES dos atos antidemocráticos, que prestaram contribuição material/financeira para a malfadada tentativa de golpe; Inq. 4921, relativo aos PARTÍCIPIES POR INSTIGAÇÃO, que de alguma forma incentivaram a prática dos lamentáveis atos; Inq. 4922, relativo aos AUTORES INTELECTUAIS E EXECUTORES, que ingressaram em área proibida e praticaram os atos de vandalismo e destruição do patrimônio público; e Inq. 4923, relativo às AUTORIDADES DO ESTADO RESPONSÁVEIS POR OMISSÃO IMPRÓPRIA.

Todas as investigações referem-se aos mesmos atos criminosos resultantes da invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO

AP 2176 / DF

NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 08/01/2023, sendo EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas à **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** na presente denúncia – por incursão nas penas previstas no artigo 286, § único, e no artigo 288, ambos do Código Penal – e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE.

Ressalte-se, inclusive, que alguns DETENTORES DE PRERROGATIVAS DE FORO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já foram identificados e estão sendo investigados, notadamente os Deputados Federais CARLOS JORDY, CABO GILBERTO SILVA, FILIPE BARROS e GUSTAVO GAYER.

Há, portanto, como bem sustentado pela Procuradoria-Geral da República, a ocorrência dos denominados delitos multitudinários, ou seja, aqueles praticados por um grande número de pessoas, em que o vínculo intersubjetivo é amplificado significativamente, pois *“um agente exerce influência sobre o outro, a ponto de **motivar ações por imitação ou sugestão**, o que é suficiente para a existência do vínculo subjetivo, ainda que eles não se conheçam”*.

A denúncia oferecida pelo Ministério Público aponta que *“Não há dúvida, portanto, de que, nos atos do dia 8 de janeiro de 2023, todos agiam em concurso de pessoas, unidos pelo vínculo subjetivo para a realização da obra comum, devendo ser rigorosamente responsabilizados por seus atos”*.

Vislumbra-se, neste caso, que a prova das infrações supostamente cometidas por **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA**, ou ainda, suas circunstâncias elementares, podem influir diretamente nas investigações envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

Observe-se, ainda, que foi a própria Procuradoria-Geral da República, órgão máximo do Ministério Público da União e com atribuição para atuar perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que ofereceu a denúncia em virtude da competência desta CORTE para processar e julgar o presente caso, em face da CONEXÃO apresentada e pleiteia a manutenção do caso na CORTE, pois afirma que as investigações podem levar a novas imputações ao denunciado, o que por si, também, afasta a alegação de violação do Promotor natural, como

**AP 2176 / DF**

pretende a Defesa.

A comprovar que, de fato, as infrações praticadas e investigadas nos inquéritos mencionados possuem estreita relação.

Dessa maneira, nos termos do art. 76, do Código de Processo Penal, a competência deve ser determinada pela conexão:

I- se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II- se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III- quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Não bastasse a existência de coautoria em delitos multitudinários, há, ainda, conexão probatória com outros dois inquéritos que tramitam no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que investigam condutas atentatórias à própria CORTE, o Inq 4.781, das “*Fake News*” e a prática de diversas infrações criminais por milícias digitais atentatórias ao Estado Democrático de Direito, investigada no Inq 4.874, cujos diversos investigados possuem prerrogativa de foro: Senador FLÁVIO BOLSONARO e os Deputados Federais OTONI DE PAULA, CABO JÚNIO DO AMARAL, CARLA ZAMBELLI, BIA KICIS, EDUARDO BOLSONARO, FILIPE BARROS, LUIZ PHILLIPE ORLEANS E BRAGANÇA, GUIGA PEIXOTO e ELIÉSER GIRÃO.

Dessa forma, não há dúvidas sobre a competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar e julgar a presente ação penal, pois É EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas à **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE, conforme já decidido em situações idênticas nos julgamentos de mérito das AP's 1060, 1183 e 1502 (de minha relatoria, Sessões Plenárias de 13/9/2023 e 14/9/2023).

AP 2176 / DF

**Nesse exato sentido, analisando a presente hipótese, o PLENÁRIO dessa SUPREMA CORTE decidiu pela sua competência no momento do recebimento da denúncia:**

**Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro. (INQ 4.921 RD-trecentésimo sexagésimo oitavo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 9/5/2023 a 15/5/2023)**

Desta forma, não há dúvidas sobre a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para o processo e julgamento da presente ação penal.

## **2. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DO DIREITO À AMPLA DEFESA.**

À defesa foi assegurada plena atuação em favor da ré durante todo o trâmite desta ação penal, com meios e recursos a ela inerentes e observância das garantias intrínsecas à própria concepção do devido processo legal.

**EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** foi notificada em sua residência, Bairro Dirceu I, Q-122, C-7, Teresina-PI, no dia 11/4/2023 (eDoc. 11), para apresentar resposta prévia à denúncia, oportunidade na qual deixou de apresentar a peça processual cabível.

A denúncia foi recebida pelo Plenário desta SUPREMA CORTE em acórdão publicado em 4/7/2023 (eDoc. 14).

Em 22/8/2023, a ação penal foi a mim distribuída e, diante da recusa da denunciada em firmar o Acordo de Não Persecução Penal (eDoc. 20), determinei a citação da ré (eDoc. 22).

A ré foi citada em 9/3/2024 (eDoc. 33) e apresentou defesa prévia em 15/3/2024, oportunidade na qual arrolou 8 (oito) testemunhas (eDoc. 28).

**AP 2176 / DF**

Ausentes as hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, designei audiência de instrução que foi realizada pelo Juiz Auxiliar deste Gabinete, Rafael Henrique Janela Tamai Rocha, na data de 28/5/2024, oportunidade em que foram ouvidas as testemunhas Carlos Eduardo Melo de Souza, Hermison Bernardes Rangel, José Roberto Soares da Silva e Ronaldo Pires da Rocha (eDocs. 61-64).

Designada audiência em continuação de instrução para 28/5/2024, oportunidade em que foi realizado o interrogatório da ré (eDoc. 67). Os termos de audiência, bem como a gravação dos respectivos atos, foram disponibilizados nos autos pela Secretaria Judiciária (eDocs. 67 e 68).

Em 17/6/2024, a Defesa de **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** apresentou alegações finais (eDoc. 96).

Não há dúvida, ainda, de que foi franqueado à defesa acesso, na íntegra, aos elementos de prova constantes dos autos, o que permitiu-lhe o exercício da ampla defesa, com possibilidade de inquirição das testemunhas ouvidas, sem qualquer intercorrência.

Ressalte-se, ainda, que a defesa não apontou qualquer fato específico que poderia, eventualmente, caracterizar comprometimento ao devido Processo Legal e desrespeito ao contraditório e ampla defesa.

Do exposto, infere-se que à defesa foi oportunizada a utilização das faculdades processuais que asseguram a sua efetiva participação no impulsionamento e desdobramentos do feito, a viabilizar, inclusive, todos os meios legítimos de prova para refutar a tese sustentada pela acusação na denúncia, não prosperando qualquer argumento de cerceamento do exercício daqueles direitos.

Portanto, **AFASTO A ALEGAÇÃO DE NULIDADE PELO CERCEAMENTO DE DEFESA.**

**3. CONTEXTO DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS: ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL) E INCITAÇÃO AO CRIME, EQUIPARADA PELA ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP) – CO-AUTORIA DE EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA.**

O Ministério Público imputou à denunciada **EDIGLEUMA MARIA**

AP 2176 / DF

**DA ROCHA** as condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do CP) e incitação ao crime, equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286, parágrafo único, do CP), nos termos do art. 69, *caput*, do CP (concurso material), narrando de forma clara, expressa e precisa, o contexto no qual inseridos os eventos criminosos multitudinários.

O Ministério Público sustenta, em alegações finais, a plena caracterização dos delitos multitudinários na presente hipótese, afirmando, em apartada síntese, que os crimes cometidos pela ré foram resultado da união de indivíduos com o objetivo de abolir violentamente o Estado Democrático de Direito e de realizar um golpe de Estado.

A associação criminosa, com propósito ilegal amplamente conhecido por seus membros desde o início, incentivava as Forças Armadas a tomar o poder sob a alegação de fraude eleitoral e de exercício arbitrário dos poderes constituídos.

**O PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos julgamentos de mérito das APs 1.060, 1.502, 1.183 (j. Plenário 13/9/1012 e 14/9/2023, 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023, 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498 1 1.416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023, de minha relatoria, definiu que a hipótese dos atos antidemocráticos de 8/1/2023 ocorreu em associação criminosa e no contexto de crimes multitudinários ou de multidão.**

Como ensinado por NILO BATISTA,

“De índole completamente diversa é a hipótese do chamado crime multitudinário: parte aqui o legislador (art. 65, inc. III, al. e) de noções produzidas pela criminologia positivista a respeito de influências desinibidoras e ativantes que a multidão em tumulto teria sobre o indivíduo; (...) Os crimes plurissubjetivos admitem a participação, devendo-se observar que qualquer auxílio ao fato converte o cúmplice em autor direto” (Concurso de agentes – uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro. 2ªed – São Paulo: Editora Lumen Juris, 2004).

No mesmo sentido, os ensinamentos de JULIO FABBRINI MIRABETE:

## AP 2176 / DF

“é possível o cometimento de crime pela multidão delinquente, como nas hipóteses de linchamento, depredação, saque etc. Responderão todos os agentes por homicídio, dano, roubo, nesses exemplos, mas terão as penas atenuadas aqueles que cometerem o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocaram (art. 65, III, e). A pena, por sua vez, será agravada para os líderes, os que promoveram ou organizaram a cooperação no crime ou dirigiram a atividade dos demais agentes (art. 62, I)”. (Manual de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP – volume 1/ Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini – 34. Ed. – São Paulo, Atlas, 2019,página 234).

Trata-se do mesmo posicionamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em relação aos requisitos necessários para a tipificação dos crimes multitudinários ou de autoria coletiva, pois, ao analisar hipótese de crime de dano qualificado imputado a diversas pessoas pelo fato de haverem depredado as instalações de delegacia policial, em protesto contra a posse de novo titular, decidiu:

“nos crimes multitudinários, ou de autoria coletiva, a denúncia pode narrar genericamente a participação de cada agente, cuja conduta específica é apurada no curso do processo desde que se permita o exercício do direito de defesa” (HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Julgamento: 30/04/1996, Publicação: 07/06/1996).

Nesse mesmo sentido: HC 75868, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 10/02/1998, DJ 06-06-2003; HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 34/04/1996, DJ 07-06- 96); HC 71899, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 04/04/1995, DJ 02-06-95). É o mesmo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao afirmar que:

“(...) não é inepta a denúncia, nem se reveste de qualquer vício a sentença condenatória nela baseada, se, em se tratando de crime multitudinário, não se descreve a conduta

AP 2176 / DF

individualizada de cada participante da quadrilha” (REsp n. 128.875/RJ, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, julgado em 16/12/1997, DJ de 29/6/1998, p. 340.)

Nesse sentido, destaco o voto do Ministro CRISTIANO ZANIN (AP 1060, de minha relatoria, Sessão Plenária de 13/9/23):

*Essa forma de praticar crimes, especialmente na era da internet, está sendo estudada nos mais diversos países e causa enorme inquietude. Tais estudos nos oferecem a ideia de que os crimes praticados por multidões em tumulto indicam a presença de uma espécie de contágio mental que transforma os aderentes em massa de manobra. De fato, uma análise multidisciplinar do tema mostra que no caso das multidões em tumulto diversos fenômenos psicológicos entram em ação para criar uma ideia de sugestibilidade: os componentes da turba passam a exercer uma enorme influência recíproca, desencadeando um efeito manada, apto a gerar o que se chama de desindividualização (ou perda das características individuais), que pode levar à prática de atos ilícitos de enorme gravidade.*

No mesmo sentido votou o Ministro LUIZ FUX:

*Eu fiz algumas anotações, Senhora Presidente, porque, no meu modo de ver, bastaria acompanhar o voto do Relator, de que efetivamente nós estamos diante de um crime multitudinário. Esses delitos foram praticados por uma multidão espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas e coisas. Eles têm as suas características. O agrupamento de pessoas foi organizado de forma espontânea - falou-se em Festa da Selma -, há liderança e organicidade, que estão sendo apuradas por sua Excelência o Ministro Alexandre de Moraes, e foram impulsionadas pela emoção e pelo tumulto com um objetivo comum.*

Igualmente votou a então Presidente da CORTE, Ministra ROSA WEBER:



AP 2176 / DF

*Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.*

**Dessa maneira, assiste inteira razão ao Ministério Público em relação a co-autoria em crimes multitudinários praticada por EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA aos crimes de associação criminosa e incitação ao crime, equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais, no contexto dos crimes multitudinários, pois em crimes dessa natureza, a individualização detalhada das condutas encontra barreiras intransponíveis pela própria característica coletiva da conduta, não restando dúvidas, contudo, de que TODOS contribuem para o resultado, eis que se trata de uma ação conjunta, perpetrada por inúmeros agentes, direcionada ao mesmo fim, conforme já reconhecido pelo PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no momento do recebimento da denúncia:**

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

(...)

AP 2176 / DF

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes.

(INQ 4.921 RD-trecentésimo sexagésimo oitavo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 9/5/2023 a 15/5/2023)

**As co-autorias nos crimes de associação criminosa (CP, art. 288, caput) e incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (CP, art. 286, parágrafo único), em situações absolutamente idênticas, FORAM CONFESSADAS por, ao menos, 443 réus que encontram-se na mesma situação de EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA e realizaram ANPP - Acordo de Não Persecução Penal - com a Procuradoria-Geral da República, comprometendo-se a:**

(i) prestar serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 150 (cento e cinquenta) horas;

(ii) participar presencialmente de curso com a temática sobre Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado, com carga horária de 12 (doze) horas;

(iii) abster-se de participar de redes sociais abertas;

(iv) cessar todas as práticas delitivas objeto da presente ação penal, não sendo processado por outro

AP 2176 / DF

**crime ou contravenção penal; e**

**(v) adimplir prestação pecuniária, cujo valor foi fixado em, até, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).**

Não há dúvidas, portanto, sobre a consumação dos delitos praticados em co-autoria por **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA**.

#### **4. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL)**

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

##### **Associação Criminosa**

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

O Ministério Público, em suas alegações finais, sustenta que, embora não seja possível precisar o momento exato em que houve a adesão, ou a associação, para a prática de crimes, é certo que ela se deu anteriormente ao dia 8 de janeiro de 2023.

O acampamento montado em frente aos Quartéis-Generais, mais especificamente o situado em Brasília/DF, apresentava uma complexa e engenhosa organização, demonstrando a estabilidade e a permanência da associação, pressuposto do tipo objetivo.

Conforme demonstrado pela PGR, o propósito criminoso era plenamente difundido e conhecido anteriormente, tendo em vista que os manifestantes insuflavam as Forças Armadas à tomada do poder.

Há diversos registros, inclusive, como apontado pela PGR, sobre a estrutura e a organização observadas no acampamento montado no QGEx, comprovando a materialidade do delito de associação criminosa, conforme detalhado nas alegações finais apresentadas pelo Ministério Público:

O delito de associação criminosa tutela a paz pública e constitui crime formal, de consumação antecipada. Sua

## AP 2176 / DF

configuração ocorre quando um conjunto de ao menos três pessoas se reúne com a finalidade de praticar número indeterminado de crimes, que não precisam se consumar. O verbo nuclear do tipo “associar” faz referência a uma reunião não eventual de pessoas, de modo que, para a configuração do tipo, é fundamental que um caráter relativamente duradouro seja verificado no agrupamento.

A consumação do crime é verificada no momento em que ocorre a integração do terceiro sujeito ao grupo, bastando, portanto, que seja praticada a conduta prevista no núcleo do tipo (associar-se), tendo por propósito o fim específico de cometer crimes. Ainda que não seja possível precisar o momento em que o terceiro sujeito aderiu ao grupo, associando-se para a prática de crimes, é certo que referido momento ocorreu anteriormente a 8.1.2023, de modo que a incidência no tipo penal de associação criminosa prescinde da participação efetiva nos atos violentos verificados.

Referida conclusão é confirmada pelo fato de o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército possuir complexa organização, com a distribuição das tendas em setores específicos, sendo destinadas à cozinha e despensa, a medicamentos e atendimento médico e ao fornecimento de energia por geradores. A presença de acesso à internet, informações, local para realização de cultos religiosos e diversas outras organizações internas afasta a tese de ausência de estabilidade e permanência da associação formada.

O insuflamento à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado ocorreu de forma constante e reiterada, com a incitação pública à prática de crimes pelos associados, culminando nos crimes multitudinários de 8.1.2023.

A associação atuava dolosamente, unida pelo vínculo subjetivo de sugestão. No ponto, deve ser anotado não ser necessário, para a configuração do vínculo subjetivo, que os agentes se conheçam, bastando a ação por imitação ou sugestão. Referida sugestão deflagradora do comportamento multitudinário iniciou-se antes mesmo de 8.1.2023, sob a forma de instigação, replicada instantaneamente por meio de

## AP 2176 / DF

aplicativos de mensagens e redes sociais, almejando a insurgência popular. O fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar a multidão fazia expressa referência aos propósitos de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”. Não há que se cogitar, assim, em cometimento de somente um ilícito, apto a desconfigurar a associação criminosa em curso.

No mesmo sentido, não é exigido que a conduta de todos seja idêntica, desde que se insira na linha de desdobramento causal dos fatos típicos puníveis. No ponto, a instrução probatória comprovou que o réu aliou-se subjetivamente à associação criminosa (consciência da colaboração e voluntária adesão), com estabilidade e permanência, objetivando a prática das figuras típicas imputadas (finalidades compartilhadas), sendo o resultado produto de uma obra comum. Não há que se falar, portanto, em individualização insuficiente da conduta.

Nesse sentido, não importa se a adesão foi anterior ou concomitante à execução do delito, mas, sim, que a conduta praticada por cada agente influencie no resultado criminoso, como ocorreu na espécie. De fato, ainda que o réu tenha chegado ao acampamento em momento posterior à sua criação, o mero fato de ter aderido subjetivamente ao propósito ilícito difundido pela estrutura é suficiente para a configuração do tipo penal. No ponto, a presença de câmeras no local não afasta os elementos do tipo do crime multitudinário.

Quanto ao vínculo de natureza psicológica (subjetiva), importa consignar que são puníveis os agentes que agem e concorrem, voluntária e conscientemente, para produzir a obra comum. Não se exige, porém, prévio acordo ou entendimento recíproco, bastando que as vontades ou representações do resultado estejam encadeadas por meio de um liame de ordem subjetiva. Da análise dos autos, é possível reconhecer que o grupo criminoso, e especificamente ao réu, agia com o conhecimento de que cada interveniente concorria com a ação de outrem, tendo ciência, ainda, de que contribuía para configurar o fato.

Dessa maneira, com relação aos atos criminosos praticados, é inegável a vinculação psicológica dos integrantes

## AP 2176 / DF

da associação, o que é demonstrado pela existência de agrupamento permanente, estável e organizado, com estrutura física montada, em que ideias atentatórias ao Estado Democrático de Direito e aos Poderes Constituídos eram amplamente difundidas.

Sobre os tipos penais imputados à acusada, o Ministério Público prosseguiu, ressaltando que o crime de associação criminosa, ao tutelar a paz pública, é crime formal de consumação antecipada, configurado quando três ou mais pessoas se reúnem com a intenção de cometer crimes indeterminados, os quais independem da efetiva consumação.

A associação deve ser duradoura, e o crime se consuma com a adesão do terceiro membro ao grupo, desde que o propósito seja cometer crimes.

Impende destacar, outrossim, que a complexa organização do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, com setores específicos para diversas necessidades, demonstra a estabilidade e permanência ínsitos da associação criminosa, o que é o suficiente para a necessária subsunção do fato à norma, em juízo de materialidade delitiva.

Colhe-se, por outro lado, da ampla instrução processual levada a efeito, assim como da manifestação ministerial, que a incitação à abolição do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado eram constantes, de modo a culminar, inclusive, nos crimes cometidos no fatídico 8 de janeiro de 2023.

Tem-se, ainda, que a associação criminosa atuava dolosamente, unida por um vínculo subjetivo de sugestão, não se exigindo que todos os agentes se conhecessem, haja vista que as ações, no contexto de crimes desse jaez, ocorrem por imitação ou sugestão. Certo é, aliás, que a instigação catalizadora da associação criminosa iniciou-se em data anterior a 8 de janeiro de 2023, por meio de mensagens e redes sociais, com a conclamação popular pela tomada do poder.

No caso dos autos, consoante já destacado, a prova produzida demonstrou que a ré associou-se voluntariamente à associação criminosa com estabilidade e permanência, visando às finalidades ilícitas compartilhadas. A adesão da ré ao propósito ilícito da associação é suficiente para a configuração do crime, independentemente do momento em que se fixou no acampamento.

O vínculo subjetivo (psicológico) implica que todos os agentes, agindo voluntária e conscientemente, contribuem para o resultado criminoso. Não é necessário prévio acordo, bastando o encadeamento das vontades. A análise dos autos confirma, em suma, que o grupo agia com conhecimento mútuo das

## AP 2176 / DF

ações e consequências.

Registre-se, nesse contexto, trecho de voto da Ministra Rosa Weber, na AP 1060 (Sessão Plenária de 13/9/23), elucidativo dos elementos aptos a configurar o crime de associação criminosa:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito – impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais – e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

Em seu interrogatório judicial, a acusada **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA CONFESSOU** ter deixado sua cidade de residência, em Teresina/PI, para participar de movimento político na cidade de Brasília/DF, tendo salientado, ainda, pernoite junto ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, onde permaneceu de 8 a 9 de janeiro de 2023, até ser presa pela Polícia Federal:

Eu cheguei a Brasília, foi por livre espontânea vontade. Fui de ônibus comercial, para ser voluntária, para ajudar tanto na comida quanto em oração e foi isso... Eu saí daqui de Teresina/PI no sábado, dia 7... Cheguei no domingo...

Eu fui sozinha... Meu objetivo era ficar até... Cheguei no domingo né? Passar uma semana, conforme tudo fosse resolvido e retornar na segunda-feira... No caso, se tudo fosse resolvido, aí eu retornaria logo após.

AP 2176 / DF

**A confissão da ré é corroborada por, ao menos, 443 réus dos crimes que, igualmente, confessaram a mesma conduta e firmaram ANPPs com a Procuradoria-Geral da República, devidamente homologados por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

Nesse contexto, inclusive, destaquem-se os relatos das testemunhas, em especial do CeIPM CARLOS EDUARDO MELO DE SOUZA, que destacou que, no final do dia 9 de janeiro, foi até o acampamento, podendo constatar uma estrutura bem organizada, com barracas, lonas, alimentos estocados, água, geradores, eletrodomésticos, tais como geladeiras e freezers.







Consoante já ressaltado, a análise das condutas perpetradas não pode ser dissociada da associação criminosa que acarretou na barbárie presenciada no dia 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, sendo de se destacar que o bando golpista encontrava-se extremamente organizado e com tarefas bem definidas, cabendo à acusada, no caso, a permanência junto ao acampamento golpista de modo a incitar a prática de crimes por terceiras pessoas, assim como a animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes Republicanos devidamente constituídos, sendo o que basta para a materialidade dos delitos de associação criminosa e incitação ao crime.

A narrativa das testemunhas ratifica, em uníssono, o intuito comum à atuação da horda golpista, extremamente organizada e efetiva da acusada **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** ao se credenciar para fazer parte do acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília/DF.

Na presente ação penal, portanto, constata-se a comprovação, acima de qualquer dúvida razoável, da aderência da acusada à turba

**AP 2176 / DF**

golpista, apta a comprovar seu elemento subjetivo do tipo – DOLO – para a prática do crime imputado pela Procuradoria-Geral da República e previsto no artigo 288, *caput*, do Código Penal (associação criminosa).

A conclusão referida é reforçada pelo fato de que, mesmo após o dia 8 de janeiro de 2023, a acusada **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA**, permanecia no acampamento golpista, montado em frente ao Quartel-General do Exército, de modo a manter vivo o movimento desordeiro e a busca por um golpe de Estado, até sua detenção pela Polícia Militar do Distrito Federal.

**Diante de todo o exposto, CONDENO a ré EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA pela prática do crime previsto no art. 288, caput, do Código Penal (associação criminosa).**

**5. INCITAÇÃO AO CRIME EQUIPARADA PELA ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL).**

Dispõe a norma penal:

**Incitação ao crime**

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

A previsão constitucional do Estado Democrático de Direito consagra a obrigatoriedade de o País ser regido por normas democráticas, com observância da Separação de Poderes, bem como vincula a todos, especialmente as autoridades públicas, ao absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais, com a finalidade de afastamento de qualquer tendência ao autoritarismo e à concentração de

**AP 2176 / DF**

poder.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao ESTADO DEMOCRÁTICO (CF, artigos 5º, XLIV, e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações públicas visando à ruptura do ESTADO DE DIREITO, através da extinção das cláusulas pétreas constitucionais, dentre elas a que prevê a Separação de Poderes (CF, artigo 60, § 4º), com a consequente instalação do arbítrio.

Não é qualquer manifestação crítica que poderá ser tipificada pela presente imputação penal, pois a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático, merecendo a devida proteção. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Contudo, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao denunciado.

Não existirá um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de Direitos Fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos; conseqüentemente, a conduta por parte da ré revela-se gravíssima e corresponde aos preceitos primários estabelecidos nos indigitados artigos do nosso Código Penal.

O teor do movimento golpista que culminou nos ataques aos edifícios-sede dos Poderes variava entre ataques antidemocráticos às instituições constituídas, em especial ao Poder Judiciário, com reiterados pedidos de fechamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e a conclamação das Forças

## AP 2176 / DF

Armadas para que promovessem uma intervenção militar, e a deposição do Governo legitimamente eleito.

Trata-se do tipo penal inserido pela Lei 14.197/21 que abriu novo Título no Código Penal com vistas a proteger o bem jurídico previsto no artigo vestibular da Constituição e objeto de mandado de criminalização previsto no seu art. 5º, XLIV. Isso porque os Crimes contra o Estado Democrático de Direito trazem uma noção de proteção de bem jurídico fundamental e não simplesmente a tutela da segurança nacional.

O tipo penal consagra um instrumento protetivo do Estado Democrático de Direito, como ensina GUILHERME DE SOUZA NUCCI:

“(...) o Estado Democrático de Direito precisa contar com instrumentos legais para combater atividades ilegais, que considerem meios alternativos e violentos para chegar ao poder. Por isso, para assegurar a soberania, o poder nas mãos do povo, exercido pelo pluralismo político, além de garantir a defesa da paz, repudiando atos de grupos armados avessos à democracia”. (Código Penal Comentado, 23ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 1503).

A legislação estabeleceu a tipificação desse crime, como absolutamente necessário à preservação do Estado Democrático de Direito e de suas Instituições previstas na Constituição Federal, como bem ressaltado nas alegações finais apresentadas pela Procuradoria-Geral da República:

O delito de incitação ao crime, por sua vez, envolve a apologia pública de condutas criminosas, tendo como sujeito passivo a sociedade como um todo, por colocar em risco a segurança da coletividade. Sua consumação ocorre a partir da exteriorização da incitação com alcance público, com dolo livre e consciente. A incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, deve ter potencialidade para alcançar o resultado almejado, para que, então, possa ser gerada a responsabilização.

O movimento ao qual o réu aderiu possuía significativo grau de lesividade, ao clamar por uma ruptura constitucional

## AP 2176 / DF

que resultasse em tomada de poder pelas Forças Armadas. Tamanho movimento, iniciado na propagação de mensagens de teor antidemocrático mediante redes sociais e que tomou forma concreta na montagem de acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, foi elemento essencial na sequência de eventos que resultaram no 8.1.2023. De fato, o cenário de destruição registrado em 8.1.2023 não prescindiu de apoio físico e intelectual fornecido pela incitação ao crime constante, verificada no acampamento.

Nesse sentido, os atos praticados pelo réu resultaram em dano concreto à segurança nacional e ao regime representativo e democrático. Na espécie, a participação do réu, de forma estável e permanente, no acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército, incitando publicamente a prática de atos que buscavam a abolição do Estado Democrático de Direito e a destituição do governo legitimamente eleito, permitem o enquadramento de sua conduta nos termos do art. 268, parágrafo único, do Código Penal. O réu, ao declarar que os presentes no acampamento portavam faixas com os dizeres “nosso Brasil será liberto”, deixou clara sua adesão consciente à conduta daqueles que, de forma contínua, incitaram os atos que resultaram no 8.1.2023, razão pela qual não pode alegar ausência de dolo quanto ao resultado alcançado pelo grupo ao qual se associou.

O Ministério Público narra, ainda, que, entre outros crimes, os manifestantes, por meio de cartazes e *banners* pretendiam criar clima de animosidade e desconfiança das Forças Armadas em relação ao demais Poderes Republicanos, incluindo o governo legitimamente constituído. Isso porque do fluxo de mensagens e materiais difundidos das redes sociais fica claro que a intenção não era apenas impedir o exercício dos Poderes constituídos, mas a “**tomada de poder**”, em uma investida que “**não teria dia para acabar**”:

Os extremistas buscavam gerar o caos para obrigar as Forças Armadas, ante a interpretação deturpada do art. 142 da Constituição e do Decreto 3.897/2001, na edição de decreto para a garantia da lei e da ordem, com a assunção das funções dos Poderes constituídos.

## AP 2176 / DF

Portanto, o insuflamento, que visava à prática de outros crimes, também objetivava criar clima de animosidade e desconfiança entre as Forças Armadas e os demais poderes, em especial o Legislativo e o Judiciário, visando, evidentemente, tanto à abolição violenta do Estado Democrático de Direito, quanto à deposição de governo legitimamente eleito, em meio a um golpe de Estado, fato que denota desígnio criminoso autônomo na mesma empreitada criminosa.

A acusada **EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA** foi detida e conduzida à Polícia Federal, em 9 de janeiro de 2023, no interior do acampamento montado em frente ao Quartel General do Exército em Brasília.

As testemunhas apontam que a ré, assim como diversas outras pessoas, se encontrava em um acampamento situado em frente ao Quartel-General do Exército, nesta cidade de Brasília/DF.

Ressalte-se, novamente, a declaração da ré, em seu interrogatório, de que foi a Brasília para conhecer, ser voluntária e fazer parte dos acampamentos, nos quais havia diversas faixas de teor antidemocrático, o que demonstra sua adesão consciente à conduta perpetrada.

Sobre o acampamento, ficou exaustivamente demonstrado, quer por meio das imagens que acompanham a denúncia, quer por meio do testemunho prestado, tratar-se de local extremamente organizado (contando, inclusive, com gerador de energia elétrica), dotado de autêntica divisão de tarefas e funções (barracas destinadas ao carregamento de aparelhos de telefonia celular, barracas destinadas ao entretenimento de crianças, barracas destinadas à distribuição de comida, barracas destinadas à distribuição de água, barraca destinada a atendimentos de saúde, barraca destinada à atividade de massoterapia, barraca destinada ao recebimento de doações, entre outras). Observou-se, ademais, a existência de diversas faixas e *banners* com dizeres relacionados a temas políticos, envolvendo o ex-Presidente da República e o atual, restando evidenciado o intuito de provocar animosidade entre as Forças Armadas e os demais Poderes da República (conclamando a operação de Garantia da Lei e da Ordem, a novas eleições e a intervenção militar nesse sentido, fls. 07 do eDoc. 01).

O crime de incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais foi consumado, com

## AP 2176 / DF

dolo livre e consciente do réu, com a exteriorização pública da incitação às Forças Armadas para romper a ordem constitucional, o que revelou-se essencial e determinante para os eventos de 8 de janeiro de 2023.



Observe-se, ainda, que, mesmo após os atos de 8 de janeiro de 2023, a ré permaneceu no acampamento, resultando em sua prisão em flagrante em 9 de janeiro de 2023, o que reforça a demonstração de sua adesão à finalidade golpista e antidemocrática, que visava à abolição do Estado de Direito.

Portanto, inequívoca a comprovação de que a ré aderiu à turba golpista que se encontrava em frente ao Quartel-General do Exército, pleiteando um golpe de Estado com intervenção militar e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, de modo a levar ao fechamento dos poderes constituídos, tudo com base em leitura totalmente equivocada e deturpada do art. 142 da Constituição Federal, de modo a forçar as Forças Armadas, submetidas ao Presidente da República, a ir de encontro a sua missão constitucional.

AP 2176 / DF

A participação ativa da ré na dinâmica golpista, portanto, ficou amplamente comprovada, assente de qualquer dúvida, por meio de seu interrogatório judicial e o teor do depoimento das testemunhas em juízo inquiridas, consumando a infração penal prevista no artigo art. 286, parágrafo único, do Código Penal.

**Diante de todo o exposto, CONDENO a ré EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA pela prática do crime previsto no art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).**

## **6. DISPOSITIVO**

**DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO PENAL PARA CONDENAR A RÉ EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA nas penas dos artigos 286, parágrafo único, (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) e 288, *caput* (associação criminosa), na forma do artigo 69, todos do Código Penal.**

## **7. DOSIMETRIA DA PENA**

Passo a dosar a pena a ser-lhe aplicada, de acordo com o critério trifásico descrito no art. 68 do Código Penal.

A dosimetria da pena deve levar em conta as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal em relação a cada caso concreto, de acordo com suas circunstâncias, pois encerra certa discricionariedade judicial para a sua efetivação, não havendo critérios matemáticos que vinculem o número de vetores positivos ou negativos previsto no referido artigo, com bem destacado pela eminente Min. ROSA WEBER:

“A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena” (HC 132.475 AgR/SP,



**AP 2176 / DF**

Primeira Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 23/8/2016).

A identificação de circunstância desfavorável à ré, a depender de sua gravidade, pode ensejar um acréscimo mais intenso na pena do que a presença, em outro contexto, de duas ou mais vetoriais negativas, que, no entanto, inspiram, em seu conjunto, menor grau de censurabilidade. Nesse sentido, o Min. EDSON FACHIN, em voto proferido na AP 863/SP, julgada pela Primeira Turma em 23/5/2017, assinalou que:

“(…) a jurisprudência desta Suprema Corte não agasalha posicionamentos voltados a identificar relação matemática entre o número de vetoriais negativas do art. 59 do Código Penal e um percentual de aumento a ser aplicado sobre o mínimo da pena para cada uma delas, quando da fixação da pena-base.”

**Nesse mesmo sentido:** TPA 5, Rel. Min. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe. 21/03/2019; AP 971, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe. 11/10/2016; AP 644 ED-ED, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe. 21/02/2019; HC 99.270, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 09/10/2015; RHC 128.355, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 24/10/2017; RHC 152.050 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe. 28/05/2018; HC 107.409, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 10/05/2012; HC 132.475 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 23/08/2016.

Vejam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: HC 166.548 MC, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe. 19/12/2018; HC 206.750, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe. 01/10/2021; RHC 152.036, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe. 08/02/2018; ARE 1.224.175, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe. 2/9/2019; HC 208.353, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe. 17/11/2021; RHC 212.338, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe. 9/3/2022.

**Assim, para a fixação da PENA BASE**, no caso concreto, em atenção às circunstâncias do **artigo 59 do Código Penal**, tais como culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime, não se observam, objetivamente consideradas, elevada extrapolação dos elementos próprios aos ilícitos penais praticados, de modo que possível a fixação da pena base no mínimo legal.

**A análise dos autos não demonstra existir quaisquer das condições**

AP 2176 / DF

**de culpabilidade desfavorável à ré.**

Passo, portanto, à análise das demais etapas da fixação de pena para cada infração penal.

### **7.1) art. 288, *caput*, do Código Penal (Associação Criminosa)**

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

#### **Associação Criminosa**

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Com base na inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis à ré, fixo a pena-base mínima em 1 (um) ano de reclusão.

Não se observam, ainda, circunstâncias agravantes a serem reconhecidas, sendo de se ressaltar que, embora presente a circunstância atenuante prevista no artigo 65, inciso III, alínea e, do Código Penal (ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não a provocou), esta não pode resultar em pena aquém do mínimo legal.

Nesse sentido, o Tema 158 deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ("*Circunstância atenuante genérica não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal*"), fixado no julgamento do RE 597.270 QO-RG, Relator Ministro CEZAR PELUSO, j. 26/3/2009.

**Pena definitiva.** Ante a inexistência de causas de aumento e de diminuição, torno a **pena mínima em definitiva em 1 (um) ano de reclusão.**

**7.2) art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).**

Dispõe a norma penal:

#### **Incitação ao crime**

AP 2176 / DF

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, deixo de fixar a pena privativa de liberdade para fixar exclusivamente a **pena de multa**, medida, esta, socialmente recomendável, sendo adequada e suficiente para a repressão do delito.

Nos termos do artigo 49 do Código Penal, “*a pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa*”, sendo este estabelecido “*no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa*”.

Nesse contexto, portanto, verifica-se que, como forma de se atender às finalidades da sanção penal, dentre as quais a retributiva, a preventiva e a ressocializadora, suficiente a fixação da multa em **20 (vinte) dias-multa**, sendo o **valor unitário** fixado em **1/2 (meio) salário mínimo nacional**.

**Pena definitiva.** Torno a **pena de multa definitiva em 20 (vinte) dias-multa**, fixado o **valor unitário em (1/2) meio salário mínimo nacional vigente à época dos fatos**.

## 8. TOTAL DAS PENAS E REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO.

Consideradas as penas para cada crime acima fixadas, e a existência de concurso material (CP, art. 69), **FIXO A PENAL FINAL da ré EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA**, em relação ao crime do artigo 288 do Código Penal, em 1 (um) ano de reclusão, e, em relação ao crime do artigo 286, parágrafo único, do Código Penal, no pagamento de **20 (vinte) dias-multa**, fixado o **valor unitário em 1/2 (meio) salário mínimo nacional, à época dos fatos**.

No caso dos autos, observa-se que a ré **EDIGLEUMA MARIA DA**

**AP 2176 / DF**

**ROCHA** foi condenada, por crime doloso, a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos, de modo que, nos termos do art. 33, §§ 2º, 'a', e 3º, do Código Penal, fixo o regime **aberto** para o início do cumprimento da reprimenda no tocante ao crime previsto no artigo 288 do CP.

Observo, ademais, a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44 do Código Penal, haja vista o montante de pena aplicável, tratando-se de medida socialmente recomendável.

Nestes termos, portanto, **substituo a pena privativa de liberdade fixada por restritivas de direitos**, nos termos do artigo 44, § 2º, do Código Penal, consistentes em:

(i) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 225h (duzentos e vinte e cinco horas), observados os limites mensais de cumprimento no mínimo de 30h (trinta horas), em local a ser indicado pelo juízo de execução;

(ii) Participação em curso, elaborado pelo Ministério Público Federal, com temática sobre "*Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado*", com carga horária de 12h (doze horas), distribuída em 4 (quatro) módulos de 3h (três horas), a ser ministrado pelo juízo da execução;

(iii) Proibição de ausentar-se da Comarca em que reside até a extinção da pena;

(iv) Proibição de utilização de redes sociais, até a extinção da pena;

(v) Manutenção da suspensão dos passaportes emitidos pela República Federativa do Brasil, em nome da condenada;

(vi) Revogação de registro ou porte de arma de fogo, se existente.

Havendo descumprimento injustificado da penas substitutivas impostas, a pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 5º, do Código Penal.

**9. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MÍNIMA (ART. 387, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). FIXAÇÃO DE MONTANTE A TÍTULO DE DANOS MORAIS COLETIVOS, EM FAVOR DO FUNDO PREVISTO NO ARTIGO 13 DA LEI 7.347/1985.**

A Procuradoria-Geral da República apresentou pedido de condenação do réu ao pagamento de indenização mínima, conforme artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, a título de danos morais coletivos evidenciados pela prática dos crimes objeto da denúncia.

Deve-se ter em mente que os eventos descritos na denúncia, relacionados aos acampamentos golpistas montados em frente ao Quartel-General do Exército, resultaram em significativos prejuízos financeiros tanto para os cofres públicos quanto para a população em geral. Segundo informações reveladas pela imprensa (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/exercito-gastou-quase-r-400-mil-durante-atos-golpistas-no-qg-de-brasilia>), o Exército Brasileiro gastou quase R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em operações de segurança e manutenção da ordem no entorno dos acampamentos. Esses gastos, que envolvem não apenas a presença de forças de segurança, mas também operações logísticas e de apoio, para manutenção da ordem, representam um ônus significativo ao erário público, haja vista que referido montante poderia ser direcionado a políticas públicas essenciais em prol da população brasiliense.

Além do gasto com segurança, os dispêndios relativos à limpeza urbana, nos dias que se seguiram à desocupação dos acampamentos, merece destaque, na medida em que, conforme noticiado (<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/09/slu-recolhe-60-toneladas-de-lixo-de-acampamento-no-qg-do-exercito-em-brasilia.ghtml>), o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal recolheu 60 toneladas de resíduos, gerando custos elevados, que envolveram não apenas a utilização de quinze caminhões de lixo, como também a utilização de trabalhadores que poderiam ser alocados em outras atividades, além de aumentar riscos com a saúde pública e a propagação de doenças.

Quanto ao ponto, dispõe o art. 91, inciso I, do Código Penal:

AP 2176 / DF

“São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime”.

Já o art. 387, IV, do Código de Processo Penal estabelece que:

“O juiz, ao proferir sentença condenatória:

(...)

IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

A necessidade de indenização pelos danos morais advindos da prática dos crimes é indiscutível nos autos, haja vista o prejuízo difuso e coletivo causado pela ação da horda golpista, que visava à ruptura institucional, com a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público. Certo é, ainda, que referida horda já se encontrava em acampamentos espalhados pelo país – o que inclui o acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército – desde a proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022.

Sobre dano moral coletivo, merece destaque a lição de Carlos Alberto Bittar Filho:

“Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara de dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (*damnum in re ipsa*)” (Dano moral coletivo no atual contexto brasileiro. Revista de Direito do Consumidor n. 12. São Paulo : Revista dos Tribunais, out-dez, 1994, p. 55).

## AP 2176 / DF

No caso dos autos, é patente a frontal violação ao dever de observância à Constituição Federal e a seus valores supremos, calcados no Estado Democrático de Direito, “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.

Conforme destaquei em minha posse na Presidência do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

A Democracia não é um caminho fácil, exato ou previsível, mas é o único caminho.

A Democracia é uma construção coletiva daqueles que acreditam na liberdade, daqueles que acreditam na paz, que acreditam no desenvolvimento, na dignidade da pessoa humana, no pleno emprego, no fim da fome, na redução das desigualdades, na prevalência da educação e na garantia da saúde de todos os brasileiros e brasileiras.

A Democracia é uma construção coletiva de todos que acreditam na soberania popular, e mais do que isso, de todos que confiam na sabedoria do povo, que acreditam que nós, autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, somos passageiros, mas que as Instituições devem ser fortalecidas, pois são permanentes e imprescindíveis para um Brasil melhor, para um Brasil de sucesso e progresso, para um Brasil com mais harmonia, com mais Justiça Social, com mais igualdade e solidariedade, com mais amor e esperança!!!!

Em suma, portanto, é de se destacar que o que pode ser extraído do caso presente é o absoluto desrespeito a princípios constitucionais de observância obrigatória, sobre os quais não pode ser admitida qualquer margem ou limite transacional.

Desta forma, restaram configuradas nos autos a materialidade e autoria delitiva, em vista do que emerge como consectário lógico a obrigação de indenização pelos danos decorrentes do delito, conforme

## AP 2176 / DF

art. 91, I, do Código Penal, e art. art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

Imprescindível ainda assentar que a sentença ou acórdão penal condenatório, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.

Esta SUPREMA CORTE já se manifestou no sentido de que a condenação criminal pode fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), podendo incluir nesse montante o valor do dano moral coletivo (STF. 2ª Turma. AP 1002/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2020 e AP 1025, Rel. Min. Edson Fachin, julgada pelo Plenário em 1º/6/2023).

No recente julgado do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na mencionada AP 1025, Rel. Min. Edson Fachin, versando caso com reconhecimento de malferimento do patrimônio público a partir das condutas praticadas pelos acusados, cuja inteligência, guardadas as devidas especificidades, pode facilmente ser agora renovada, decidiu-se, a partir da leitura dos art. 5º, X, da Constituição Federal; art. 186 do Código Civil; o art. 6º, VI e VII, do Código de Defesa do Consumidor; do art. 1º, VIII, da Lei n. 7.347/1985, pela demonstração do necessário nexo causal entre a conduta praticada pelos acusados e o dano moral coletivo ocasionado à sociedade brasileira:

“Diante da ofensa a direitos difusos, ou seja, pertencentes a titulares indeterminados, os danos morais coletivos, no caso em análise, têm função eminentemente punitiva, razão pela qual a sua quantificação deve ser guiada primordialmente pelo seu caráter pedagógico, que acolhe tanto a prevenção individual como a geral. “

Por tal razão, fixo como valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos a quantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos condenados em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985. A referida soma deverá ser corrigida monetariamente a contar do dia da proclamação do resultado do julgamento colegiado, incidindo juros de mora legais a partir do trânsito em julgado deste acórdão.



## 10. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PENAL para CONDENAR a ré EDIGLEUMA MARIA DA ROCHA**, em concurso material (CP, art. 69), a:

(1) 1 (um) ano de reclusão pela prática do crime previsto no art. 288, caput, do Código Penal (Associação Criminosa), substituída a pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 2º, do Código Penal, pela **PENA RESTRITIVA DE DIREITOS**, consistente em:

(1.1) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 225h (duzentos e vinte e cinco horas), observados os limites mensais de cumprimento no mínimo de 30h (trinta horas), em local a ser indicado pelo juízo de execução;

(1.2) Participação presencial em curso, elaborado pelo Ministério Público Federal, com temática sobre "*Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado*", com carga horária de 12h (doze horas), distribuída em 4 (quatro) módulos de 3h (três horas), a ser ministrado pelo juízo da execução;

(1.3) Proibição de ausentar-se da Comarca em que reside até a extinção da pena;

(1.4) Proibição de utilização de redes sociais, até a extinção da pena;

(1.5) Manutenção da suspensão dos passaportes emitidos pela República Federativa do Brasil, em nome da condenada;

(1.6) Revogação de registro ou porte de arma de fogo, se existente.

(2) 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor de 1/2

**AP 2176 / DF**

(meio) salário mínimo à época dos fatos, pela prática do crime previsto no artigo 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais);

(3) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), como pagamento do valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos, a ser adimplido de forma solidária pelos demais condenados, em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985.

Havendo descumprimento injustificado da pena substitutiva imposta, a pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 5º, do Código Penal.

Após o trânsito em julgado:

(a) lance-se o nome da ré no rol dos culpados;

(b) expeça-se guia de execução definitiva.

Custas pela condenada (art. 804 do Código de Processo Penal).

**É O VOTO.**